



Ano Volpex/Senado Federal



Gilberto Sarfati (FGV-SP), Angelo Segrillo (USP), Cristovam Buarque, Luis Fernando Ayerbe (Unesp) e Christopher Coker, da London School of Economics (D) em audiência na CRE

CDH discute troca do atual fator previdenciário

Debate organizado pela Comissão de Direitos Humanos discutiu a possibilidade de troca do atual fator previ-

denciário, usado no Regime Geral de Previdência Social, por idade e tempo de contribuição mínimos. **7**



J. Freitas/Senado Federal

Paulo Paim (D) é autor de proposta de emenda constitucional, à espera de votação na Câmara dos Deputados, que acaba com o fator previdenciário

Especialista coloca Brasil entre líderes no cenário mundial

Para professor inglês de Relações Internacionais, Brasil e China integram um dos três grupos de países com protagonismo mundial

Nem fim da história, nem choque de civilizações. A compreensão do cenário internacional do início do século 21 deve passar pela identificação de um mundo com "diferentes mentalidades", de acordo com o professor de Relações Internacionais da London School of Econo-

mics Christopher Coker, que participou ontem de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores. Ele vê hoje três grupos de países: o dos que querem crescer, como Brasil e China, o dos "ressentidos" com o Ocidente, como os muçulmanos, e o que reúne as principais potências. **5**

Senador lembra início da Marcha dos Municípios, hoje em Brasília

Situação financeira "cada vez pior" dos municípios preocupa Waldemir Moka. **4**

Novo rito para MPs não encerra disputa, afirma Pedro Taques

Assim mesmo, segundo o senador, mudança é "passo adiante" para o Poder Legislativo. **3**

Biblioteca do Senado lança hoje catálogo de obras raras

Publicação reúne livros dos séculos 17 a 19 do acervo da Biblioteca Luiz Viana Filho. **2**

especial Cidadania

Entenda a polêmica dos inibidores de apetite **8**

Gerardo Magalhães/Senado Federal



Lindbergh Farias (C), entre os convidados para a sessão que homenageou a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Plenário rende homenagem a universidade centenária

Discursos elogiaram a UFRRJ, pioneira no ensino agropecuário, e pediram mais apoio para educação. **6**

Com quase 500 páginas, publicação reúne informações sobre os 275 livros dos séculos 17 a 19 doados ao Senado pelo ex-senador e escritor Luiz Viana Filho

Biblioteca lança *Catálogo de obras raras e valiosas*

EM COMEMORAÇÃO AOS 185 anos da instalação do Senado, a Biblioteca Luiz Viana Filho lança hoje, às 18h, o *Catálogo de obras raras e Valiosas da coleção Luiz Viana Filho*, que reúne informações sobre 275 livros dos séculos 17 a 19, muitos deles disponíveis apenas no Senado.

As obras apresentadas no catálogo, em geral, trazem informações sobre a política e a literatura brasileiras, áreas de interesse de Luiz Viana Filho (1908-1990), ex-senador que foi um grande bibliófilo e membro da Academia Brasileira de Letras.

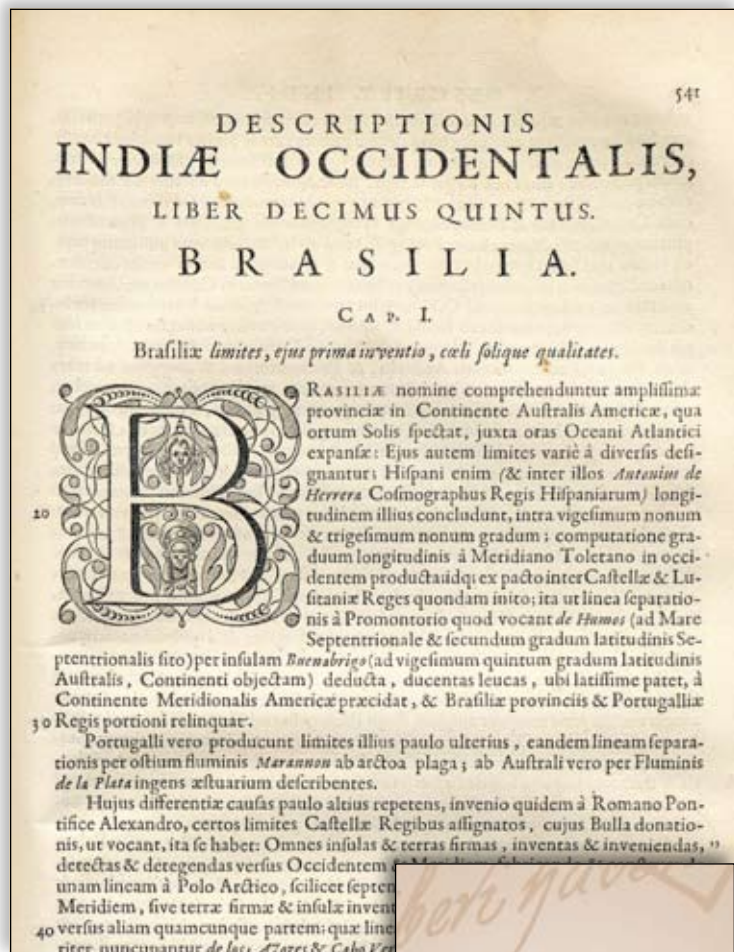
– Esse catálogo é um sonho antigo da Biblioteca do Senado. É dessa forma que o acesso público a obras tão valiosas se torna possível, disseminando esse rico conteúdo para todas as pessoas que desejem pesquisar registros originais sobre a história e a política do país desde o século 17 – afirma a diretora da Biblioteca do Senado, Simone Bastos Vieira.

Os livros foram incluídos no catálogo, de 468 páginas, depois de observados critérios que levariam em conta a antiguidade da obra, o valor histórico, cultural e literário para a memória brasileira, a importância dada pelos bibliófilos, pesquisadores, historiadores e mercado editorial.

Altos valores

Muitas das obras apresentadas no catálogo valem mais de mil euros, como *Nouveau Voyage autour du monde*, de William Dampier, de 1711-1712 (cotado no mercado livreiro por quase 6 mil euros), e *Relação panegyrica das honras funeraes*, em memória de d. João V, de João Borges de Barros, de 1753 (5 mil euros).

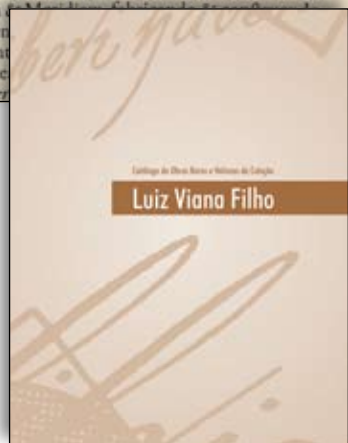
Cada obra contém uma descrição bibliográfica e uma breve biografia do autor, além de re-



produções e ilustrações, visando evidenciar a beleza dos originais e situar leitores e pesquisadores sobre o conteúdo e o valor histórico-cultural da obra.

Para facilitar a pesquisa, os livros são agrupados por temas: textos históricos dos séculos 18 e 19, em que foram inseridas obras do Império português de viagens e descrições, de história, política, administração, direito, abolicionismo e política externa brasileira; obras de autores biografados por Luiz Viana Filho (José de Alencar, Ruy Barbosa, Joaquim Nabuco e Machado de Assis); e livros de importantes figuras das letras portuguesas e brasileiras.

Durante o lançamento, a biblioteca vai inaugurar uma



exposição com os exemplares originais dos livros citados no catálogo.

Os mais de 11 mil volumes da coleção particular do senador Luiz Viana Filho chegaram ao Senado em 1997. Entre seus livros, Luiz Viana Filho possuía todas as primeiras edições de livros de Machado de Assis e José de Alencar.

Escravidão não abolida é tema de revista

O sétimo número da revista *Em discussão!* apresenta um tema incômodo: o trabalho escravo no Brasil contemporâneo. E mostra que o uso de mão de obra em condições degradantes ainda acontece no país, sobretudo no agronegócio, mas também em atividades que vão de carvoarias na Amazônia a fábricas em São Paulo.

A revista descreve como o problema se revela e quais as ações do governo para combatê-lo. Estima-se que haja até 100 mil pessoas submetidas a condições de trabalho degradantes no país. Depois de ser processado na Organização dos Estados Americanos (OEA) quase 100 anos após a Abolição da Escravatura, o Brasil finalmente reconheceu, em 1995, a permanência de trabalho escravo no seu território, e só então o Ministério do Traba-



lho começou a se aparelhar para combater a questão.

A produção da revista teve como base a audiência pública realizada pela Frente Parlamentar pela Erradicação do Trabalho Escravo em 3 de fevereiro. Na

ocasião, a ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, 13 senadores, dezenas de deputados e representantes de ONGs listaram ações para que o Brasil ponha fim a esse problema social. Entre as iniciativas defendidas no debate está a PEC 438/01, que prevê o confisco das propriedades de quem explorar o trabalho escravo. Vista como uma “segunda abolição” pelos militantes, a proposta é alvo de muitas críticas, principalmente da bancada ruralista, e aguarda há sete anos a votação em segundo turno na Câmara dos Deputados.

A edição também traz fotos de João Roberto Ripper. A revista *Em discussão!*, editada por equipe do *Jornal do Senado*, tem distribuição dirigida, mas pode ser consultada por todos os interessados no endereço www.senado.gov.br/emdiscussao.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário MP mantém pauta trancada

14h A pauta está trancada pelo projeto de lei de conversão (PLV 10/11) que altera as regras do programa Minha Casa, Minha Vida.

Presidência Lançamento na Biblioteca

16h O senador José Sarney preside a sessão plenária; às 18h, participa da exposição e do lançamento do *Catálogo de obras raras e valiosas da coleção Luiz Viana Filho*; às 19h, comparece à posse de Gilson Dipp no cargo de ministro do TSE.

Biblioteca Seminário sobre obras raras e valiosas

9h A Biblioteca do Senado promove, de 9 às 17h, o seminário Obras Raras e Valiosas: passado e futuro, no Auditório Antonio Carlos Magalhães, no Interlegis; Às 18h, haverá o lançamento e a abertura da mostra *Catálogo de obras raras e valiosas da coleção Luiz Viana Filho*, na Biblioteca..

Drogas Convite a Fernando Henrique

9h A Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e outros reúne-se para votação de requerimentos como o que convida o sociólogo e ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso para debater a descriminalização do uso de drogas.

CDH Debate sobre câncer de mama

9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realiza audiência pública para debater a situação do câncer de mama. Entre os convidados, o presidente da Frente Parlamentar de Saúde da Câmara dos Deputados, Darcísio Perondi; o assessor técnico da Confederação Nacional de Municípios Denilson Magalhães; e do Instituto Nacional do Câncer, Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos.

CAE Combate à pirataria de marcas

10h Projeto que visa impedir a imitação de marcas comerciais e o que autoriza a União a implantar programa de incentivo para brasileiros não alfabetizados acima de 15 anos de idade estão na pauta.

CCJ Indicações para o STJ em pauta

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina três indicações de ministros para o STJ: Ricardo Villas Bôas Cueva, Antonio Carlos Ferreira e Sebastião Alves dos Reis Júnior.

Saúde Subcomissão discute plano de trabalho

11h Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, que integra a Comissão de Assuntos Sociais, para apresentação e discussão do plano de trabalho.

CE Incentivo ao desporto na rede pública

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte reúne-se para examinar pauta de 15 itens, entre os quais projeto que altera a legislação sobre incentivos às atividades desportivas para que seja dada prioridade a projetos vinculados a escolas de educação básica da rede pública.

Rio+20 Estratégia para mudanças climáticas

14h Discussão do plano de trabalho da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, que integra a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Nordeste Preparação para encontro em Maceió

14h A Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, realiza reunião preparatória para planejar encontro da subcomissão, a ser realizado no dia 23 de maio, em Maceió.

CPI Combate ao tráfico de pessoas

14h A CPI do Tráfico de Pessoas promove audiência pública para ouvir as coordenadoras dos núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de São Paulo, Anália Belisa Ribeiro; do Ceará, Andréia da Silva Costa; e da Bahia, Márcia Prudente, entre outros.

Reforma Sistema eleitoral e financiamento público

14h A Comissão Temporária de Reforma Política reúne-se para examinar a PEC do Sistema Eleitoral, que prevê lista fechada e cota para mulheres; e o PLS que institui o financiamento público de campanha.

CMO Escolha de relatores setoriais

14h30 Reunião do colegiado de líderes da Comissão Mista de Orçamento para definir os relatores setoriais do projeto de lei orçamentária de 2012.

SESSÕES ON-LINE: Confira a integra das sessões no Plenário e nas comissões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao



Waldemir Borretti/Senado Federal

Ana Amélia: MPs sufocam Congresso e são "cheque em branco" ao Executivo

Congresso tem parcela de culpa, afirma Ana Amélia

A senadora Ana Amélia (PP-RS) disse que a quantidade de MPs editadas pelo Executivo vem "sufocando a atividade do Congresso" e as medidas provisórias são um verdadeiro "cheque em branco ao Executivo" – um problema, segundo ela, que vem ocorrendo desde a promulgação da Constituição de 1988.

– O sistema de governo previsto para a época era o parlamentarismo e ficamos com o presidencialismo, e aí ficou um anacronismo sério, uma dificuldade muito grande – explicou.

Ana Amélia disse que os parlamentares têm sua parcela de culpa pela anuência com que lidam com o processo de exame de MPs. Para a senadora, o governo só consegue impor sua agenda ao Parlamento porque tem instrumentos para captar apoio dos parlamentares.

– Um dos exemplos mais claros desses instrumentos de cooptação do apoio dos parlamentares são as emendas ao Orçamento – declarou.

Em aparte, Alvaro Dias (PSDB-PR) concordou com a senadora e afirmou que as medidas parlamentares conferem ao presidente "forças exorbitantes" no ato de governar e extrapolam o limite da convivência entre os Poderes.

Lindbergh diz que trabalha em um texto de consenso

Lindbergh Farias (PT-RJ) propôs ontem que governo e oposição entrem em acordo a respeito do texto da PEC 11/11, que amanhã será discutido pela CCJ.

– Eu e o senador Vital do Rêgo [PMDB-PB] estamos trabalhando em uma proposta que passe por essa lógica do entendimento. É hora de o Senado discutir um projeto que unifique a Casa. Infelizmente, o projeto do senador Aécio Neves [PSDB-MG] não consegue atingir esse objetivo – afirmou Lindbergh Farias.

Para o senador, dois pontos do relatório de Aécio são inaceitáveis para a base do governo: o fim da eficácia imediata das MPs, que só teriam força de lei após a aprovação de admissibilidade pelo Congresso, e a vedação a mudanças administrativas que envolvam criação e transformação de cargos por esse tipo de medida.

Senador diz que PEC em exame resolve o problema do Senado, ao estabelecer prazo de 55 dias em cada Casa para o exame das medidas provisórias, que atualmente chegam para votação dos senadores faltando pouco tempo para perder a validade

Taques: novo rito de MPs não encerra disputa entre Poderes

A PROPOSTA QUE altera as regras de apreciação de medidas provisórias (MPs) pelo Congresso é "um passo à frente" para afirmar a posição do Legislativo no regime presidencialista, mas não vai encerrar a disputa entre o Legislativo e o Executivo quanto à competência de cada Poder para legislar, afirmou Pedro Taques (PDT-MT).

Para o senador, a PEC 11/11 – de iniciativa do senador José Sarney (PMDB-AP) – resolve um problema do Senado ao estabelecer um prazo para que a Câmara se manifeste sobre as MPs, e outro para o Senado (55 dias em cada Casa)

– Hoje, muitas medidas chegam ao Senado com um ou dois dias para vencer o prazo, e isso faz com que os senadores

tenham que discutir projetos importantes, como o trem-bala e o salário mínimo, em um dia – comentou Taques, em entrevista à TV Senado.

Pedro Taques, procurador da República e professor de Direito Constitucional, chama a atenção para o processo de enfraquecimento do Legislativo na relação com o Executivo, embora a Constituição estabeleça uma relação de independência, e não de subordinação, entre os Poderes da República. De qualquer modo, o senador não considera "de todo ruim" o recurso à MP no regime presidencialista.

– O condenável é a atual forma de tramitação, que priva a Câmara e o Senado do debate de outras proposições legislativas. Nenhum presidente do

mundo vive sem um instrumento como a medida provisória. Agora, ela não pode ser utilizada de forma a enfraquecer o Legislativo – ponderou.

Substitutivo

Em relação ao relatório de Aécio Neves (PSDB-MG), apresentado como substitutivo à PEC 11/11 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Taques avalia que a proposta de impedir que a MP comece a produzir efeitos desde sua publicação "foge um pouco à lógica" da instituição dessas medidas. O substitutivo condiciona o início da validade da MP à sua aprovação prévia por comissão específica de deputados e senadores, que julgará a urgência e a relevância da medida.



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Pedro Taques discursa na CCJ, ao lado de Aécio Neves (D), cujo relatório sobre proposta de José Sarney causou polêmica

Pimentel defende validade imediata de medidas

Desde que começaram a ser editadas, as medidas provisórias, instituídas pela Constituição de 1988, sofrem críticas. A primeira tentativa de discipliná-las foi o Projeto de Lei Complementar 13/91 (do ex-deputado e hoje ministro da Defesa, Nelson Jobim), que acabou não vingando. Apenas em 2001 as MPs tiveram seu rito atual estabelecido, por meio da Emenda 32/01, agora também muito criticada.

O senador José Pimentel (PT-CE) disse compreender as críticas com relação a excessos no uso de MPs, mas defendeu que, por ora, a mudança deve se limitar ao aumento do tempo que o Senado tem para examinar as medidas. Ele apresentou voto em separado à PEC 11/11, no qual diz não abrir mão do princípio da vigência imediata das MPs, crítica o substitutivo de Aécio Neves, e defende a aprovação integral da PEC de Sarney.

Pimentel sustenta que "os tempos atuais não permitem que o Executivo prescindisse do uso de medidas cautelares legislativas anômalas". Pimentel exemplificou com MP 542/95, que dispôs sobre o Plano Real.

– Se essa norma só tivesse alcançado eficácia três dias após

sua edição, não teria sido possível a implantação do novo sistema monetário, pois a possibilidade de trocar reais por dólares e dólares por reais teria quebrado antes o nosso país – argumentou.

De acordo ainda com o voto em separado, 1.116 MPs foram encaminhadas pelo Executivo entre 1989 e 2010, uma média de 51 por ano, com aumento no número de medidas editadas no último ano de um governo e no primeiro ano do outro. Já a presidente Dilma Rousseff baixou 8 MPs nos seus primeiros 120 dias de governo. Para o senador, "esse

número permite projetar uma média de apenas 33 MPs por ano, uma queda muito significativa".

Delegação

Para Pimentel, "o poder do Executivo de baixar leis é até mais amplo do que permitem as medidas provisórias". O artigo 68 da Constituição, citou, torna "possível e absolutamente lícito" o Congresso delegar poderes legislativos ao chefe do Executivo, sem necessidade imperativa de o Legislativo ter de apreciar, mais tarde, a legislação adotada pelo presidente.



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Pimentel lê seu voto em separado, marcado por críticas ao relatório de Aécio

Substitutivo faz mudanças significativas

O substitutivo do senador Aécio Neves (PSDB-MG) faz mudanças significativas na proposta de José Sarney que altera o rito de tramitação das MPs. O texto do representante imediato cancela a vigência imediata das MPs, que somente passariam a ter força de lei depois de uma comissão mista aprovar sua admissibilidade.

Ainda pelo substitutivo, a comissão teria três dias úteis, a partir da publicação da MP, para decidir pelo seu acatamento ou sua inadmissão. É aberta a possibilidade de um quarto do conjunto de deputados e senadores recorrer da decisão ao Plenário do Congresso, que teria três dias úteis para analisar o recurso, o qual seria considerado desprovido se não examinado nesse prazo.

Na hipótese de a comissão não cumprir as exigências para exame de uma MP, essa atribuição passaria para o Plenário do Congresso, que teria três dias úteis para fazê-lo. Se essa instância também não vier a decidir sobre o assunto, a MP seria declarada inadmitida. O próximo passo seria aproveitar seu conteúdo em um projeto de lei, que iniciaria tramitação pela Câmara, em regime de urgência.

Conforme o substitutivo, se a MP for editada durante o recesso do Congresso, o exame da admissibilidade caberá à Comissão Representativa, que decidiria no prazo de três dias úteis. A ausência de decisão no período significaria a inadmissão da medida provisória.

Perda de eficácia

Aécio Neves também propõe ajustes nos prazos definidos pela PEC 11/11 para declaração da perda de eficácia de uma medida provisória. Em vez dos 55 dias dados igualmente à Câmara e ao Senado para concluir sua apreciação – contados da sua admissibilidade –, o substitutivo dá 60 dias à Câmara e 50 dias ao Senado para fazê-lo, garantindo mais dez dias à Câmara para examinar eventuais emendas aprovadas à MP pelo Senado.

O substitutivo aproveitou o teor de emenda de Randalfe Rodrigues (PSOL-AP) que condicionava a vigência de uma medida provisória à aprovação prévia de sua admissibilidade pela comissão mista. Aécio Neves também aproveitou trechos da PEC 8/11, de Paulo Bauer (PSDB-SC), para proibir a edição de MP destinada a criar ou transformar cargos, empregos ou funções públicas, e também ministérios, órgãos e entidades públicas.

Senador atribui a situação financeira "cada vez pior" enfrentada pelas prefeituras ao desequilíbrio no repasse de recursos para os municípios

Moka apoia a marcha dos prefeitos por mais recursos

EM APOIO À Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que se realiza de hoje até quinta-feira, o senador Waldemir Moka (PMDB-MS) mostrou preocupação com a situação financeira "cada vez pior" enfrentada pelas prefeituras, o que atribui ao desequilíbrio no aporte de recursos da União aos municípios.

O senador previu grande esforço dos prefeitos pela aprovação da regulamentação da Emenda Constitucional 29, que estabelece percentuais mínimos de gastos em saúde pelos entes federativos.

– As pessoas moram, vivem, trabalham nos municípios, e é ali que é gerado o recurso. Mas, de cada R\$ 100 arrecadados em impostos, R\$ 66 ficam com a



Senador defende regulamentação da emenda sobre os gastos com saúde

União; R\$ 20 e poucos, com os estados. E os municípios, onde efetivamente os impostos são gerados, produzidos, é que ficam

com a menor fatia do bolo.

Segundo Waldemir Moka, a Constituição de 1988 beneficiou os municípios na questão tributária, mas o governo federal aumentou gradualmente sua própria participação através da criação de contribuições, que não são compartilhadas. O senador destacou a necessidade de uma fonte de financiamento para a saúde, lembrando que a demanda nos municípios tem aumentado, apesar de o volume de recursos ser cada vez menor.

Em apartes, Wilson Santiago (PMDB-PB), Cristovam Buarque (PDT-DF), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Francisco Dornelles (PP-RJ) apoiaram o pronunciamento de Waldemir Moka.



Lula fala aos prefeitos reunidos no Centro de Convenções, em Brasília, durante a 13ª Marcha em Defesa dos Municípios, no ano passado

Santiago destaca campanha do desarmamento

Wilson Santiago (PMDB-PB) disse em Plenário que, na última sexta-feira, quando o Ministério da Justiça lançou uma nova

campanha nacional pelo desarmamento, o Senado sentiu que a mobilização feita pelos senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e José Sarney (PMDB-AP) deu resultado.

– Os dados são tristes. Todos nós sabemos que a cada dia são assassinadas 94 pessoas com arma de fogo no Brasil. É um número muito alto, que precisa, sim, mobilizar toda a população brasileira, através das suas entidades representativas, para encontrarmos uma solução para diminuir essa criminalidade – afirmou.

Wilson Santiago lembrou que a campanha anterior conseguiu uma grande redução no número

de armas em circulação. Ele ressaltou que, a cada 1% de aumento no número de armas, a criminalidade cresce 2%. Para o senador, quanto mais cuidado houver na rigidez no controle de armas e nas punições, mais haverá condições para diminuir a criminalidade e aumentar a segurança à população.

– Hoje, nossos filhos, nós mesmos e cada cidadão brasileiro saímos de casa e não temos certeza de que voltaremos em paz, porque os crimes e a violência estão em todos os recantos desse país. Até na zona rural, que era uma raridade, estão assaltando os pequenos proprietários – lamentou.



A cada dia, 94 pessoas são assassinadas no país com armas de fogo, diz senador

Gurgacz: quem ganhou com a inflação pode querer sua volta

Acir Gurgacz (PDT-RO) disse que houve, no passado, quem ganhasse com a inflação e pode querer a sua volta.

– É gente que não produz e vive apenas de fazer especulação financeira. Os governos dos presidentes Itamar Franco, Fernando Henrique e Lula fizeram sua parte, batalhando contra a inflação e esse império da especulação, e o país venceu. Mas a luta não foi vencida para sempre, e isso requer uma alma vigilante – afirmou, destacando rodada de debates realizada na semana passada na Comissão de Agricultura (CRA), sobre a alta

no preço do etanol.

Ele ressaltou que os preços da gasolina e do álcool elevaram os índices de inflação. O senador afirmou que, para as novas gerações, é difícil entender a vida em um ambiente de inflação alta e descontrolada, como foi o Brasil por décadas; e, para as antigas, a ameaça da volta do problema é "assustadora".

Sobre o Código Florestal, Gurgacz considerou que a decisão sobre as relações do país com o meio ambiente não deve sofrer interferência de interesses estrangeiros. Em aparte, Ana Amélia (PP-RS) disse que os pro-



Gurgacz pede "alma vigilante" contra especuladores com saudade da inflação

dutores de arroz do Rio Grande do Sul estão preocupados com a "demora do Congresso em votar". E pediu providências contra barreiras impostas pela Argentina a produtos brasileiros.



Alvaro: revista *Veja* publicou denúncia de tráfico de influência

Alvaro propõe ouvir empresários sobre denúncia

Alvaro Dias (PSDB-PR) vai sugerir à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que convide os empresários que denunciaram que senadores estariam sendo comprados em troca de ajuda a empresas para contratos com o governo federal. A denúncia foi feita em entrevista à revista *Veja* desta semana.

Alvaro Dias avisou que também pretende entrar com representação no Ministério Público Federal para que sejam investigadas as denúncias de tráfico de influência divulgadas pela revista.



Normas atuais não garantiram a preservação, afirma a senadora

Gleisi aposta em consenso para o Código Florestal

Gleisi Hoffmann (PT-PR) defendeu ontem que se busque um consenso para a votação do novo Código Florestal, em exame na Câmara dos Deputados. Ela argumentou que aumentar a produção de alimentos e garantir a preservação ambiental não são medidas "antagônicas".

– O código contém normas ineficazes, que não garantiram a preservação ambiental no decorrer dos anos e que não ampararam os agricultores, em especial os pequenos e familiares, a adotarem atitudes mais sustentáveis no trato da terra – explicou.



Senadora elogia desempenho de José de Anchieta no governo

Marisa elogia governo do PSDB em Roraima

Marisa Serrano (PSDB-MS) lembrou ontem que o PSDB atualmente administra oito estados, entre eles o de Roraima, onde, segundo ela, o partido tem feito uma boa gestão graças ao empenho de seus dirigentes, entre os quais o governador José de Anchieta Júnior.

A senadora ressaltou que Roraima foi o estado que mais cresceu na Amazônia em 2010, obtendo um índice de 7,9%, acima da média nacional, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



Mozarildo é autor da proposta que visa à criação do estado do Tapajós

Mozarildo defende plebiscitos sobre a divisão do Pará

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu ontem a realização de plebiscitos para ouvir a população local sobre a divisão do Pará para criação dos estados do Tapajós e de Carajás.

Provenientes do Senado, os dois projetos de decreto legislativo convocando os plebiscitos foram aprovados pela Câmara dos Deputados na semana passada.

O senador lembrou que um dos projetos (PDL 731/00, na Câmara), de sua autoria, que visa criar o estado do Tapajós, voltará ao Senado para análise, pois foram incluídos municípios.

Cristovam Buarque alerta para risco de fracasso da Rio+20

Ao relatar visita de membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) ao Rio de Janeiro, para acompanhar a construção de instalações para a conferência Rio+20, em 2012, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que as obras progridem adequadamente. Mas chamou a atenção do governo federal para o risco de fracasso do evento, caso os principais líderes mundiais não participem do encontro.

– Se nós não conseguirmos trazer para cá os grandes líderes mundiais para debatermos o futuro do mundo, nós corremos o risco de um grande fracasso – disse.

A partir da próxima semana, a CRE deverá promover uma série de debates sobre temas que, segundo Cristovam, deveriam constar da pauta da Rio+20. Entre eles, a redefinição do conceito de desenvolvimento sustentável.

Na CRE, professor inglês Christopher Coker diz que países do principal grupo querem ficar ricos e melhorar as condições de vida de suas populações

Suplicy questiona ação norte-americana na morte de Bin Laden

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que os Estados Unidos devem esclarecimentos à opinião pública mundial sobre a morte de Osama bin Laden. Segundo ele, muitos aspectos da ação militar no Paquistão ainda não foram detalhados de "forma clara".

– É preciso esclarecer, para que acreditemos sempre naquilo que os norte-americanos tantas vezes têm dito para nós a respeito da importância de se realizar a justiça da maneira adequada a todos – afirmou.

Suplicy expressou solidariedade às famílias das vítimas de atentados da Al-Qaeda, sobretudo o que resultou na morte de mais de 3 mil pessoas em Nova York, em 11 de setembro de 2001. Porém, ressaltou que a operação que provocou a morte de Osama bin Laden tem suscitado reflexões na imprensa de todo o mundo quanto ao método utilizado na caçada ao terrorista.

O senador disse que é preciso saber se Bin Laden estava desarmado no momento de sua captura; se o terrorista ameaçava aqueles que invadiram sua residência; e por que o presidente Barack Obama e a secretária de Estado Hillary Clinton, que acompanhavam a ação da Casa Branca, teriam definido que ele deveria ser atingido "na cabeça e no peito".

– Será que não deveria ele ter sido dominado e, em vez de ter sido jogado ao mar, submetido a um julgamento, como outros criminosos de guerra o foram em outros episódios? É essa pergunta que ainda repercute pelo mundo.



Suplicy acredita que líder terrorista deveria ter sido capturado e levado a julgamento

Especialista inclui Brasil no primeiro time de um novo cenário mundial

NEM FIM DA história, nem choque de civilizações. A compreensão do cenário mundial do início do século 21 deve passar longe dessas "histórias erradas", disse ontem o inglês Christopher Coker, professor de Relações Internacionais da London School of Economics, durante audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Em sua opinião, deve ganhar prioridade a identificação de um mundo com "diferentes mentalidades".

Nesse mundo, indica o professor, existe um primeiro grupo de países, entre os quais estão Brasil e China, que querem ficar ricos e melhorar as condições de vida de suas populações. Um segundo grupo seria composto por "ressentidos com o Ocidente", especialmente países muçulmanos. E um terceiro grupo seria integrado pelas principais potências do Ocidente, "temerosas do fundamenta-

lismo muçulmano" e do crescente poder econômico do primeiro grupo – China em especial.

– O Brasil, a China e a Índia são espectadores desse conflito. E a primavera árabe pode ajudar imensamente na construção de uma nova autoconfiança nesses países – disse Coker durante o painel "A política externa dos Estados Unidos, da União Europeia e da Rússia e seus reflexos no cenário internacional", parte do ciclo de palestras intitulado "Rumos da Política Externa Brasileira 2011-2012".

Já o professor Gilberto Sarfati, da Fundação Getúlio Vargas, afirmou que as mudanças no poder global são percebidas de formas diferentes nas áreas de segurança e de economia. Na segurança, observou, os Estados Unidos permanecem como potência unipolar. Em pleno século 21, citou como exemplo, "ainda é impossível pensar a segurança da Europa

sem a presença dos EUA". Por outro lado, lembrou, o mesmo não ocorre na economia, onde os norte-americanos não podem impor ordens e ainda vacilam entre o unilateralismo – expresso em medidas protecionistas – e o multilateralismo.

Na opinião do professor Luis Fernando Ayerbe, da Unesp, há uma "tendência de perda de relevância" da América Latina por não se identificarem mais ameaças em segurança na região.

– Como o tema da segurança na América Latina deixou de ser importante para os EUA no início deste século, a região não está mais entre as prioridades da política externa de Washington. Com isso, observa-se uma tendência de aumento de autonomia da região, mas sem ser antagônica com os Estados Unidos. No contexto de busca de maior autonomia, o Brasil consegue se desenvolver como uma liderança – disse Ayerbe.



Vice-presidente da CRE, senador Cristovam Buarque (E), ao lado de Luis Fernando Ayerbe, da Unesp, e Christopher Coker, do London School of Economics

Países do Brics, sobretudo a Rússia, podem apoiar o Brasil

No grupo Brics, a Rússia pode ser considerada o país mais receptivo ao Brasil, afirmou o professor Angelo Segrillo, da Universidade de São Paulo (USP), durante o debate na CRE. A sigla Bric foi criada em 2001 e se refere a Brasil, Rússia, Índia e China, países que se destacam no cenário mundial pelo rápido crescimento das suas economias em desenvolvimento. Em dezembro de 2010, o grupo acolheu a África do Sul e passou a se chamar Brics.

– Dos quatro, o Brasil é quem mais tem a ganhar [espaço político]. Os outros têm mais projeção internacional. Sozinho, seria mais difícil o país obter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. E a Rússia claramente apoia o Brasil nesse sentido – disse Segrillo, que viveu em Moscou.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que presidiu a audiência, disse que, caso a América Latina perca espaço na política

externa dos Estados Unidos, o Brasil terá de cogitar a possibilidade de "radicalizar em direção aos Brics". Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou se a forma como o governo dos Estados Unidos eliminou o líder terrorista Osama Bin Laden não diminuiu a "força moral" do país. E Ana Amélia (PP-RS) lamentou as dificuldades enfrentadas na Europa por migrantes de países árabes que fogem de conflitos de países como a Líbia.

Jucá elogia regra para planos de saúde e ABS nos carros

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), comunicou ontem duas medidas recentes do Executivo: a ampliação das regras de portabilidade dos planos de saúde e a determinação de que todos os carros vendidos no Brasil a partir de 2014 venham equipados com sistema de freios antibloqueio (ABS).

A ampliação da portabilidade dos planos de saúde foi determinada pela Resolução Normativa 252 da Agência Nacional de Saúde e, segundo Jucá, beneficia 12 milhões de pessoas. Para o senador, a medida limi-

tará exigências de carência e transferência impostas ao usuário na mudança de um plano para outro, aumentando a concorrência no setor.

A exigência de freios ABS para todos os carros vendidos no Brasil, nacionais ou importados, foi tomada em resolução do Conselho Nacional de



Jucá: estímulo à concorrência

Trânsito.

Dornelles registra eleição de presidente da ACRJ

Francisco Dornelles (PP-RJ) parabenizou ontem o empresário Antenor Barros Leal por sua eleição, na semana passada, para a presidência da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). Ele destacou a participação da associação "nos mais importantes eventos da história do país nos últimos 200 anos".

Sobre Barros Leal, o senador informou que o empresário "altamente qualificado, com grande liderança", também é presidente do Sindicato das Indústrias de Trigo do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, vice-presidente da Associação Brasileira de Trigo e vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).



Senador destaca dirigente

Claudino pede apoio federal para hospital de Teresina

O senador João Vicente Claudino (PTB-PI) comentou a situação da saúde na capital piauiense. Ele mencionou a dificuldade enfrentada pelo prefeito Elmano Férrer (PTB) na administração do Hospital de Urgências de Teresina (HUT), que estaria sobrecarregado por pacientes vindos de outras cidades.

Segundo o senador, em 2010 foram gastos R\$ 20 milhões em atendimento de pacientes vindos do Maranhão. Ele mencionou ainda que 36% das receitas da capital são gastos com saúde. João Vicente disse ter feito um apelo ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha, para que buscasse uma solução para o HUT.

– O HUT não pertence só a Teresina, mas também ao Piauí, ao Maranhão, ao Pará, ao Tocantins, à Bahia, que se socorrem dele para o atendimento, feito com muita dedicação, pelos funcionários da saúde e pelos médicos do Piauí.



Claudino: sobrecarga

Elogios à universidade pioneira do ensino rural

Reitor pede apoio para remoção de aterro sanitário

O reitor da UFRRJ, Ricardo Motta Miranda, pediu apoio ao Congresso Nacional e ao governo federal para a interrupção das atividades do aterro sanitário instalado sobre o aquífero Piranema. Miranda informou que a universidade já ingressou com ação na Justiça pedindo a sua interdição das atividades do aterro sanitário.

O Centro de Tratamento de Resíduos (CTR) Santa Rosa está localizado em Seropédica, região metropolitana do Rio de Janeiro, onde existe uma reserva de água subterrânea com capacidade para abastecer a capital do estado. Ele lamentou o fato de a instituição enfrentar dificuldades para impedir a existência de um lixão sobre uma reserva de água nos fundos de seu *campus*.

– Não somos contra aterro sanitário. Mas é inadmissível que se coloque em cima de um aquífero – argumentou o reitor.

Gleisi defende trazer discussão para o Senado

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) manifestou solidariedade à luta de dirigentes, professores e alunos da UFRRJ para fechar o aterro sanitário construído em Seropédica. Conforme Gleisi, o assunto deve ser amplamente debatido e o próprio Senado pode ser palco dessa discussão.

Projetado para receber todo o lixo da capital fluminense, o aterro foi também criticado pelo presidente do Diretório Central de Estudantes (DCE) da UFRRJ, Cléber Vinicius. De acordo com o líder estudantil, laudos produzidos pela universidade, apoiados pela Embrapa e pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea), demonstram que há claros riscos para a população.

– Se houver vazamento de chorume para o rio Guandu, poderíamos ter milhões de pessoas condenadas à morte – afirmou.

Um dos estabelecimentos pioneiros na fixação das bases do ensino agropecuário no Brasil, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) recebeu ontem de manhã as homenagens do Senado pelo seu centenário. Os discursos foram marcados por elogios ao ensino oferecido pela instituição e por críticas às dificuldades enfrentadas pelo Brasil para democratizar a

educação. Além dos cursos de graduação, mestrado e doutorado, a UFRRJ oferece cursos de especialização *lato sensu* em gestão e estratégia no setor de agronegócios, bem como cursos de graduação a distância. Atualmente, a universidade tem 41 cursos de graduação presenciais nas áreas de ciências exatas, humanas e biomédicas e 19 de pós-graduação (mestrado e doutorado).



O reitor da UFRRJ, Ricardo Motta Miranda (E), ao lado do senador Lindbergh Farias, e do reitor da UnB, José Geraldo de Souza Junior, durante a sessão de ontem

Contribuição ao avanço da pesquisa na Embrapa

O pesquisador da Embrapa José Roberto Peres lembrou que a UFRRJ é referência nacional e internacional em integração de ensino, pesquisa e extensão. Ele informou que a primeira grande parceira da UFRRJ foi justamente a Embrapa e que hoje a universidade é fundamental para que a instituição possa continuar avançando na ampliação de conhecimento na área de pesquisa aplicada.

Para o presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Jorge Guimarães, a comemoração é uma justa homenagem a uma instituição da qual participam todos os estados brasileiros, além de outros países latinos e americanos.

Outros convidados – políticos, pesquisadores e representantes de instituições de ensino superior – também enalteciram o papel da UFRRJ no desenvolvimento da educação.

Lindbergh destaca papel na expansão do ensino superior

A UFRRJ tem contribuído para a democratização do acesso ao ensino superior, afirmou ontem Lindbergh Farias (PT-RJ). O senador foi o autor do requerimento da homenagem pelo Senado.

A universidade aderiu ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), lembrou Lindbergh. Ex-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), ele disse que a UFRRJ se destaca por seu pioneirismo e sua vocação multicampi e é a “mais bela universidade do Brasil”.

O senador lembrou a história da instituição desde 1910, quando, em 20 de outubro, foi formalmente criada a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV), que entrou em atividade em 1913 e foi extinta em 1934.

Em seu lugar foram

constituídas a Escola Nacional de Agronomia (ENA), a Escola Nacional de Veterinária (ENV) e a Escola Nacional de Química (ENQ), “decisivas para a superação do caráter fragmentário e diferenciado do ensino agrícola e veterinário, existente ao longo do século 19, e para a criação de um espaço acadêmico de referência”, disse Lindbergh. Em 1944, a Universidade Rural foi criada como um órgão do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (Cnepa), unindo a ENA e a ENV. A ENQ foi incorporada pela Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

– A UFRRJ desenvolve atividades de extensão em *campi* avançados desde a década de 70 – salientou, ao registrar a instalação de *campi* em Três Rios (RJ), Nova Iguaçu (RJ) e Campos dos Goytacazes (RJ).

Cristovam quer mais produção de conhecimento

As universidades brasileiras só avançarão se passarem de transmissoras a produtoras de conhecimento, disse Cristovam Buarque (PDT-DF) durante a homenagem à UFRRJ.

– Nossas universidades terão de ser muito mais que formadoras de mão de obra qualificada. Terão de ser, por meio da ciência e da tecnologia, produtoras, especialmente as que trabalham com alimentação, energia e desigualdade social – opinou.

O senador também destacou que dois terços dos estudantes que iniciam o ensino médio não chegam ao final, e parte dos que concluem apresentam muitas deficiências. “Cada estudante universitário que passou por um ensino médio de má qualidade puxa a universidade para baixo”, afirmou.

Para ele, é preciso federalizar a educação de base, para assegurar igualdade de condições a todas as escolas públicas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Paulo Paim • Acir Gurgacz • Ana Amélia • Cícero Lucena • Eduardo Suplicy • João Vicente Claudino

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Sítio: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sylvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

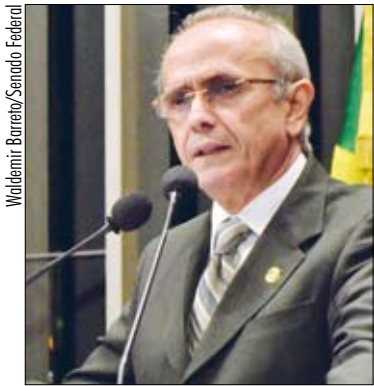
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Sítio: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF CEP: 70.165-920



Cícero vai sugerir que ministro da Educação participe de debate na CMA

Cícero quer discutir merenda escolar no país

O senador Cícero Lucena (PSDB-PB) vai propor à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) discutir a situação da merenda escolar nas escolas públicas. O parlamentar mencionou reportagem exibida pelo programa *Fantástico*, no domingo, que mostrou a precariedade da alimentação oferecida a estudantes em diversas cidades do país, inclusive em João Pessoa.

Para o debate, Cícero Lucena quer a participação do ministro da Educação, Fernando Haddad; do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Benjamin Zymler; do presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Daniel Silva Balaban; e de representantes da Confederação Nacional de Municípios e do Ministério Público Federal.

Cícero Lucena lembrou sua gestão na prefeitura de João Pessoa, quando determinou a criação do programa Escolarização da Merenda, com o objetivo de fornecer alimentação de boa qualidade. De acordo com o senador, o programa foi interrompido após seu mandato.

Paim: prêmio de jornalismo contra desigualdade racial

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro e a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira-Rio) lançam hoje a primeira edição do Prêmio Nacional Jornalista Abdias Nascimento, anunciou Paulo Paim (PT-RS).

A premiação será dada a profissionais que se destaquem na cobertura jornalística sobre prevenção e combate às desigualdades raciais. O prêmio foi batizado em homenagem ao ex-senador e militante de direitos humanos Abdias Nascimento que, aos 97 anos, ainda milita no movimento negro e é professor emérito da Universidade do Estado de Nova York, nos Estados Unidos.

Paim saudou ainda a comemoração, no último domingo, do Dia Mundial da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, organização internacional voltada para o atendimento médico voluntário de populações vítimas de guerras, conflitos e desastres naturais. Na opinião do senador, os mais de 13 milhões de voluntários da instituição são "heróis anônimos" que atendem, anualmente, mais de 150 milhões de pessoas em todo o planeta.

Debate na Comissão de Direitos Humanos avalia proposta de emenda constitucional do senador Paulo Paim que sugere aposentadorias no Regime Geral de Previdência não antes dos 55 anos (mulheres) e 60 anos (homens)

Em lugar do fator previdenciário, idade e tempo de contribuição mínimos

NO LUGAR DO fator previdenciário, limites mínimos de idade para que o trabalhador se aposente. Essa é a ideia básica da PEC 10/08, proposta de emenda à Constituição defendida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), principal assunto discutido ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH).

A proposta determina que as mulheres possam se aposentar aos 55 anos e após 30 anos de contribuição, enquanto os homens se aposentariam aos 60

anos de idade e após 35 anos de contribuição. Atualmente, tais limites são exigidos apenas no serviço público.

Apesar de integrar a base do governo, o senador é um dos principais críticos do fator previdenciário entre os parlamentares – no ano passado, o Congresso aprovou o fim do fator, mas o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou a medida.

Esse fator é aplicado aos trabalhadores que estão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social e pretendem se aposentar

(os celetistas, que em sua maioria atuam no setor privado). Segundo Paim, o fator previdenciário "confisca até metade do salário no ato da aposentadoria e prejudica principalmente as mulheres".

– Minha proposta oferece uma alternativa ao fator previdenciário – declarou.

O senador reiterou que a presidente Dilma Rousseff, na época da votação do salário mínimo para este ano (em fevereiro), lhe garantiu que "iria abrir o debate sobre uma alternativa ao fator".

E observou que, desde então, foram realizadas algumas reuniões com o Ministério da Previdência para tratar do assunto. Ele argumentou que a PEC, portanto, insere-se no contexto dessas discussões.

Ao comentar as críticas feitas à sua proposta, Paim disse que "quem ler o texto perceberá que ele garante a aposentadoria por tempo de contribuição". O senador também repetiu, como já fez em outras ocasiões, que a Previdência Social não é deficitária, mas sim superavitária.



Consultor do Senado, Gilberto Guerzoni Filho (2º à esq.) fala em audiência pública realizada na CDH, ao lado de Paulo Paim

Aposentados defendem reajuste igual ao do salário mínimo

Outro assunto discutido no debate da CDH foi a aprovação de uma lei para que o reajuste de aposentadorias e pensões utilize o mesmo índice aplicado ao salário mínimo – atualmente, os benefícios com valores maiores que o salário mínimo são corrigidos por índices menores do que os aplicados ao piso.

Essa reivindicação foi apresentada pela

Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap) ao ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho. A Cobap também defende o fim do fator previdenciário e a reativação do Conselho Nacional de Seguridade Social. O diretor financeiro da Cobap, Nelson de Miranda Osório, foi um dos participantes da audiência de ontem.

Regime para servidor já tem exigência, diz consultor

Para esclarecer as mudanças previstas pela PEC 10/08, foi convidado para a audiência o consultor do Senado Gilberto Guerzoni Filho. Ele disse que, ao estabelecer idades mínimas para a concessão de aposentadorias no âmbito do Regime Geral de Previdência Social – além de regras de transição para o processo –, a proposta de Paim aproxima o regime geral utilizado no setor privado do regime dos servidores

públicos.

Guerzoni explicou as regras de transição previstas na PEC e deu diversos exemplos sobre como a proposta seria implementada. Segundo o consultor, as mudanças seriam feitas de forma gradativa, "para não prejudicar os trabalhadores que hoje estão próximos da aposentadoria e também para garantir as condições de sustentabilidade financeira da Previdência a longo prazo".

Vital exalta potencial de Campina Grande

O senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) se disse "muito orgulhoso" de anunciar em Plenário que a cidade de Campina Grande (PB) foi relacionada pela revista *Pequenas Empresas, Grandes Negócios* como uma das 45 cidades brasileiras com maior potencial de inovação. A cidade é uma das quatro na região Nordeste e única do interior das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Vital assinalou que os principais potenciais citados pela revista são a tecnologia da informação, a produção de softwares a produção de jogos para *videogame* e o setor de saúde. A escolha das cidades foi feita pela revista e também pelo Serviço Brasileiro de Apoio



Reportagem incluiu cidade entre as de maior potencial do país, diz Vital às Pequenas e Microempresas (Sebrae), pelo IBGE e pelo Instituto Inovação, além de consultores especializados.

O estudo, enfatizou Vital, será usado na elaboração de um mapa para possíveis e potenciais investidores e empresários, que têm nessas cidades melhores condições para criar e atrair recursos. Campina Grande tem, proporcionalmente à sua população, o maior número de doutores e pós-doutores do Brasil.

Wellington Dias faz apelo ao STF sobre Censo 2010

Wellington Dias (PT-PI) fez apelo ao Supremo Tribunal Federal, que julgará pedido da prefeitura de Teresina sobre o Censo 2010. Segundo ele, está em jogo o cálculo para definir quanto a capital deve receber do Fundo de Participação de Municípios. A cidade pleiteia permanecer com contagem populacional acima de 840 mil habitantes.

– Teresina é uma cidade com cerca de, pelo menos, 900 mil habitantes. São inúmeras as pessoas que declaram que não participaram daquela pesquisa. Como se imagina uma cidade daquela ter reduzido seu número de habitantes?



Wellington Dias também destaca importância de nova estrada no Piauí

– questionou, referindo-se à contagem do IBGE, que registrou 814.439 pessoas.

O senador registrou ainda sua presença na inauguração do trecho da rodovia PI-255 entre Curimatá e Parnaíba, na última sexta-feira. Wellington salientou a importância econômica do sul do Piauí, região atendida pela nova estrada.

O polêmico veto aos inibidores de apetite

Inibidores de apetite contendo sibutramina e derivados da anfetamina podem ser retirados do mercado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que os considera

inefazes e perigosos. Audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH) mostrou, no entanto, que a medida não encontra consenso entre os especialistas.

Anvisa alega que riscos são muito maiores que benefícios

Em 23 de fevereiro, a Anvisa propôs, em audiência pública, a retirada do mercado dos medicamentos contendo sibutramina e dos inibidores de apetite derivados da anfetamina (anfepromona, femproporex e mazindol).

A proposta está baseada em estudos científicos e em parecer da agência, que atribuem a esses remédios uma relação desfavorável entre riscos e benefícios, associando seu consumo a um maior risco de doenças cardiovasculares e de distúrbios comportamentais.

Segundo a Anvisa, além de aumentar a probabilidade de doenças cardiovasculares, a sibutramina não é eficaz na redução de peso nem na manutenção dessa redução a longo prazo. Já os anorexígenos anfepromona, femproporex e mazindol aumentariam gravemente os riscos cardiopulmonares e do sistema nervoso central.

Para a Anvisa, esses fatores tornam insustentável a permanência desses produtos no mercado, mesmo considerando as melhorias no controle da venda destes medicamentos no Brasil. Além disso, destaca a agência, esses medicamentos são proibidos nos Estados Unidos e em diversos países da União Europeia por serem considerados obsoletos e de elevado risco.

O primeiro relatório do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC), divulgado em março pela Anvisa, mostra que foram consumidas, em 2009, quase 2 toneladas de sibutramina.

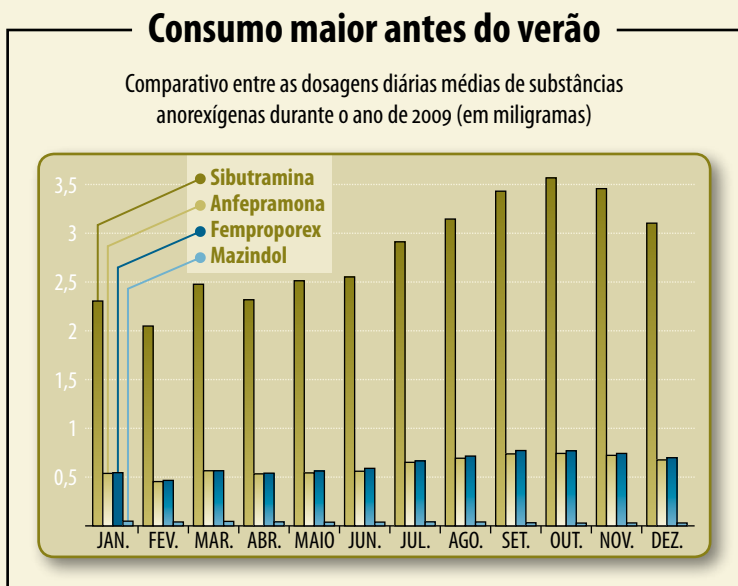
Brasileiros compraram 8,3t de remédios

Com base no Censo 2010, a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia estima em 90 milhões os brasileiros com sobrepeso (quase 50% da população), dos quais 30 milhões são portadores de obesidade.

O relatório do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC), divulgado em março pela Anvisa, mostra que foram consumidas, em 2009, quase 2 toneladas de sibutramina.

O relatório inclui ainda o consumo dos outros três anorexígenos que a agência pretende retirar do mercado: 1 tonelada de femproporex, 3 de anfepromona e 2,3 de mazindol. A Anvisa considera esse nível de consumo um problema de saúde pública.

O SNGPC monitora a venda de medicamentos controlados nas farmácias. Porém, até março de 2010, apenas 62% das drogarias brasileiras haviam aderido ao sistema.



Estudo de 2008 aponta Brasil como campeão em consumo

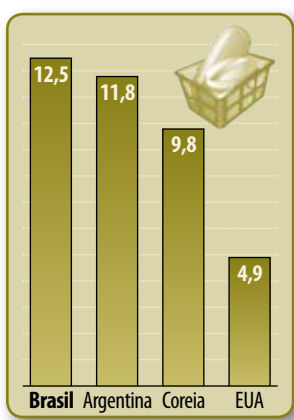
Em março de 2008, em seu relatório anual, a Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (Jife), órgão das Nações Unidas, indicou que o consumo *per capita* dos remédios para emagrecer, ou anorexígenos, no Brasil, chegou a 9,1 doses diárias por mil habitantes entre 2002 e 2004 – o maior índice do mundo, que representa aumento de mais de 20% em relação ao período entre 1992 e 1994 no país.

Segundo a Jife, de cada mil brasileiros, 12,5 já usam medicamentos para emagrecer. O consumo em 2005, por exemplo, foi quase três vezes maior que o norte-americano.

Especialistas afirmam que o problema é maior entre as mulheres: para cada homem que usa anorexígeno, existem dez brasileiras que consomem esse

Liderança incômoda

Número de consumidores de anorexígenos por mil habitantes



tipo de medicamento. A sibutramina foi proibida nos EUA e Europa em 2010.



José Bonfim (E), Geniberto Campos, Paulo Paim, Dirceu Barbano e Rosana Radominski: Senado debate proibição

Medida não é consensual, mostra audiência

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) discutiu na semana passada a possibilidade de serem retirados do mercado alguns inibidores de apetite. A medida divide a opinião dos especialistas.

O diretor-presidente da Anvisa, Dirceu Barbano, lembrou que a sibutramina deixou de ser vendida no mercado norte-americano pela própria Abbott, que registrou a patente e fabrica o remédio. A empresa tomou a decisão após realizar o estudo Scout (*Sibutramine Cardiovascular Outcomes Trials*), a pedido de autoridades europeias. O levantamento durou seis anos e envolveu cerca de 10 mil pessoas.

Segundo Barbano, o estudo concluiu que apenas 30% das pessoas tratadas com sibutramina perderam pelo menos 5% do peso após três meses, além de registrar um aumento de 16% no risco cardiovascular. "Se o laboratório que registrou o produto optou pela retirada, seremos menos rigorosos que a própria Abbott?", questionou Dirceu Barbano.

No entanto, para a endocrinologista Rosana Bento Radominski, representante da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, não se pode generalizar as conclusões do estudo da Abbott, "realizado com uma população de risco" (pacientes obesos com antecedentes cardiovasculares ou diabéticos). Segundo disse, não é razoável extrapolar resultados obtidos em uma população de cardiopatas para pacientes sem doença cardiovascular.

Radominski acrescenta que "não há necessidade de proibição, sendo mais recomendável um maior controle sobre o uso dessas medicações, para que sejam utilizadas corretamente e quando realmente necessárias, já que o seu uso pode ser inevitável quando a mudança de hábitos do paciente, com reeducação alimentar e a prática de atividades físicas, é insuficiente para combater o sobrepeso ou a obesidade. Para Radominski, os endocrinologistas apresentaram dados irrefutáveis de que os medicamentos são eficazes e apresentam baixo risco, quando utilizados de forma correta

e sob prescrição ética. "Baseados em dados científicos, revelamos que o documento [da Anvisa] continha erros graves e interpretações tendenciosas de estudos publicados sobre o assunto", afirmou.

O presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, Ricardo Meirelles, argumentou que "a retirada do mercado vai deixar sem alternativa terapêutica uma grande quantidade de pacientes obesos e estimulará o mercado negro de medicamentos. O uso indiscriminado deve ser combatido, com maior controle sobre a prescrição inadequada", afirmou Meirelles.

Crítico dos inibidores de apetite, o médico sanitário José Ruben Bonfim, representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e coordenador-executivo da Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos, afirmou que o Brasil "não pode ser o último país a bani-los". Segundo Bonfim, uma das principais razões para a defesa dos anfetamínicos e da sibutramina são os interesses da indústria que os fabrica.

Riscos do uso dos anorexígenos

Efeitos colaterais possíveis

■ **SIBUTRAMINA** (nomes comerciais: Biomag, Nolipo, Plenty, Reductil, Redulip, Sactiete, Sibuctil, Sibus, Sibutran, Sigran, Slenfig, Vazy, Slenfig)

- aumento da pressão arterial e da frequência cardíaca • alteração no ritmo cardíaco • parada cardíaca • infarto • AVC • dor de cabeça • boca seca • anorexia ou aumento do apetite • constipação • insônia • ansiedade • rinite • faringite • dor lombar • náusea • sudorese • fraqueza •

■ **ANFEPROMONA** (nomes comerciais: Inibex s, Dualid s, Hipofagin s)

- euforia • irritabilidade • inquietação • delírios • distúrbios psicóticos • surtos de esquizofrenia • dependência • arritmia cardíaca • isquemia cerebral • acidente cerebrovascular • leucemia • hipertensão pulmonar •

■ **FEMPROPOREX** (nome comercial: Desobesi-m)

- inquietude • nervosismo • irritabilidade • insônia • agressividade • psicose • transtorno obsessivo-compulsivo • transtorno de ansiedade generalizada e pânico • tolerância e dependência • alterações neurológicas comportamentais e cardiovasculares • arritmia cardíaca e até colapso cardiovascular

■ **MAZINDOL** (nomes comerciais: Absten S, Fagolipo, Modérine)

- insônia • nervosismo • boca seca • constipação intestinal • tontura • dor de cabeça • arrepios • náusea • palpitações • vertigem • fraqueza •

Os médicos recomendam

- Nunca se automedique com anorexígenos • Nunca copie o tratamento de alguém: a dose ideal para uma pessoa pode causar dependência ou até matar outra pessoa • Cuidado com as "fórmulas" para emagrecer: a maioria contém anfetaminas •

Alimentos com sibutramina são proibidos

Em abril, a Anvisa suspendeu, em todo o país, a fabricação e comercialização dos produtos *Quitosana e Quitosana e Associações*, das marcas Algas Regi, Sliminus e Fibratto, por conterem sibutramina. A substância não é permitida em alimentos. Se você já tiver adquirido algum dos produtos suspensos, deve interromper o uso.